

Delfim: trabalhadores pagam pela crise

Leandro Abreu

O trabalhador brasileiro está pagando com perdas de salário os excessos de gastos do governo e as elevadas taxas de juros que privilegiam a quem possui bens e elevam a dívida pública a níveis insuportáveis — algo em torno de 25% do Produto Interno Bruto (PIB), atualmente. Para reverter estas perdas, no entanto, a solução não dobrar o valor dos salários no papel, mas sim trabalhar mais para aumentar a produção e os investimentos. Porque sem produção qualquer aumento salarial será engolido pela inflação decorrente do aumento dos preços.

Quem faz esta denúncia e advertência é o deputado Delfim Netto (PDS/SP), ex-ministro da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento ao longo de diversos governos militares — os dois últimos cargos foram exercidos no governo Figueiredo, de 1979 a 1985. Em entrevista ao *Jornal de Brasília*, ele denuncia, ainda, que as despesas de pessoal do Governo Federal aumentaram 2,5% do PIB entre 1984 (último ano do governo Figueiredo) e 1988 (o presidente José Sarney assumiu em 15 de março de 1985). Como saída para este problema ele propõe um aumento da cobrança do Imposto de Renda da pessoa física que permita transformar o déficit público (hoje estimado entre 5% e 7% neste ano pelo próprio governo), em 2% de superávit.

Parar com choradeira

Embora crítico do governo, Delfim não se mostra inteiramente pessimista. Ele acha até



“A solução não é dobrar salário. Sem trabalhar mais para aumentar a produção qualquer aumento a inflação engole”.

que a dívida interna, apontada como um dos principais problemas do governo, no momento, e que faz a sociedade arcar com pesados sacrifícios (já que é ela quem a paga, em última instância, com os impostos que recolhe direta ou indiretamente) tem solução, desde que o País volte a crescer. No entanto, para isso seria necessário o governo recuperar credibilidade, “terminar com esta ansiedade que foi criada por esta administração desastrosa e reduzir as taxas de inflação a níveis razoáveis”. Segundo Delfim, “não há razão para o Brasil ter uma inflação de 20%, 22%, 25% ao mês”.

As saídas por ele apontadas vão atrair novos investimentos e parar com a “choradeira”. “Ao invés de dizer: ‘Nós preci-

samos crescer”, eles (referência ao governo) foram para a televisão dizer: ‘Tá tudo ruim’. Sentados no meio-fio, chorando. O Brasil inteiro entrou em choro. Se essas lágrimas todas corressem para o mar, enchiam a China”, ironiza. E indaga: “Para onde é que se vai com essa choradeira?” Ele mesmo responde: “Para lugar nenhum”.

Para atrair novamente os investimentos e crescer, o deputado adverte que é preciso o governo voltar a estimular a concorrência e atrair o capital estrangeiro. Tentando retratar a situação atual, ele questiona: “Mas por que haveria investimentos se eu faço o seguinte: eu digo para a iniciativa privada, primeiro, que sou contra a concorrência — eu confundo a proteção à indústria nacional com a proteção ao industrial nacional; segundo, eu hostilizo o capital estrangeiro; e terceiro, se eu de fato defendo tudo quanto é reserva de mercado, tudo quanto é monopólio?”

Ao receber a reportagem do *Jornal de Brasília*, na manhã da última quinta-feira, no seu gabinete do 5º andar do anexo da Câmara que abriga os gabinetes dos deputados, Delfim abordou os desacertos do governo na execução do Plano Verão; defende o Congresso Nacional de acusações de inoperante e advertiu que não se deve desprezar a força eleitoral do PMDB. Ao mesmo tempo, previu que os candidatos Luiz Inácio da Silva (Lula), do PT, e Leonel Brizola, do PDT, terão poucas chances nas eleições de novembro, embora não descartasse surpresas na votação em segundo turno.



Delfim não acha o Congresso inoperante e acusa o Governo de desacertos no Plano Verão

Plano Verão não é para valer

“O Governo nunca pretendeu colocar o Plano Verão em prática. As únicas pessoas que acreditaram que o plano era para valer eram o Mailson (ministro da Fazenda) e o João Batista (o ministro do Planejamento). O resto todo sabia que isso não era para valer. Todo mundo sabia que isso era um minueto”.

Esta análise crítica e irônica do Plano Verão foi feita pelo ex-ministro Delfim Netto com a observação de que o máximo que o plano objetivava era “empurrar um pouco com a barriga”. Ironizando, ele diz que “é, no fundo, uma produção mal arrumada do Alfonsín (referência ao presidente da Argentina, Raul Alfonsín, que já baixou vários planos econômicos — os planos “Austral”) um tanto mal feito. Por isso é que parece minueto”.

Fim do prazo

Embora considere o Plano Verão o mais bem concebido de todos os planos de estabilização econômica colocados em prática no governo Sarney, o ex-ministro analisa que já passou o prazo para ele dar certo, por uma única razão: o Governo não cumpriu a sua parte, no



“O Plano Verão não passa de um minueto. Os únicos que acreditaram que era para valer foram os Ministros Mailson e João Batista de Abreu. O Governo nunca pretendeu colocá-lo em prática, queria apenas empurrar com a barriga”.

ficit”. Porém, nada disso aconteceu, segundo o deputado.

Erros

Os principais erros apontados pelo ex-ministro são de execução, e se resumem basicamente a dois: 1) o governo não conseguiu conter a expansão da base monetária (dinheiro em poder do público, mais os depósitos à vista nos bancos), que Delfim Netto estima estar, hoje, entre 1.200% e 1.400% ao ano, em virtude do descontrole dos gastos do governo (que tem que continuar emitindo moeda maciçamente para custear seu excesso de gastos); e 2) os juros continuam muito elevados (chegaram a estar entre 25% e 30% nominais e 15% a 20% reais ao mês, quando o normal, numa economia sadia, é que os juros reais — descontada a inflação — fiquem em torno de 8% ao ano).

acordo tripartite feito com empresários e trabalhadores.

Na avaliação de Delfim Netto, o plano, para dar certo, dependia basicamente das primeiras oito semanas. “Nas primeiras oito semanas”, afirma, “era preciso que o governo tivesse, primeiro, cortado, de fato, o déficit; e, segundo, que ele tivesse convencido a sociedade de que cortou o déficit”. Porém, nada disso aconteceu, segundo o deputado.

Sem medo de Lula

O deputado Delfim Netto diz que não se pode desprezar a força do PMDB nas próximas eleições, porque ele tem 21 governadores, dois mil prefeitos e 25 mil vereadores. Por isso, acredita que o jogo da sucessão ainda não começou e os dois candidatos que agora estão disputando o terreno (Lula e Brizola) terão chances apenas reduzidas de chegar à Presidência.

No entanto, ele adverte que o segundo turno pode apresentar armadilhas e deve ser considerado como uma nova eleição de verdade. “Essa ideia de que o cara do primeiro turno carrega voto para o segundo vai ser a maior surpresa que o Brasil vai ter”, afirma. “Ninguém manda no eleitor. Ele vota no Brederodes, no primeiro turno, e o Brederodes foi para o lixo (não se elegeu). Se o Brederodes, no segundo turno, vier e disser: Vota agora no Almerodes, o eleitor vai dizer: Ora, você já perdeu no primeiro, por que vai mandar no segundo, rapaz? Para Delfim, “o segundo turno é uma nova eleição, uma nova situação”.

Na hipótese de Luiz Inácio Lula da Silva chegar ao poder, Delfim Netto acha que ele tem todo o direito de tentar mudar a estrutura do País, mas considera difícil que consiga acabar com o capitalismo. Sobre o assunto ele travou o seguinte diálogo com o *Jornal de Brasília*:

JBr — Deputado, o Sr.

“Não podemos esquecer a força do PMDB para as próximas eleições. O Lula e o Brizola têm chances apenas reduzidas de chegar à Presidência. Essa ideia de que o cara do primeiro turno carrega voto para o segundo vai ser a grande surpresa”.

Presidencialismo deve acabar

Delfim Netto defende o Congresso Nacional das críticas que lhe são endereçadas por não estar cumprindo os prazos por ele próprio estabelecidos para a regulamentação de diversos dispositivos constitucionais. Afirma recusar-se a “fazer tudo rápido e malfeito”. E adverte que com a nova Constituição, que é parlamentarista, porém preservou o presidencialismo, não dá para administrar o País. Por isso, opina que só há duas alternativas: ou se muda a Constituição, ou se muda o presidencialismo, passando-se ao regime parlamentarista.

Ele se nega a encerrar a tentativa de lideranças dos principais partidos políticos de mudar para o parlamentarismo agora, como golpe contra Lula ou Brizola: “Dizer que o presidente do Senado, Nelson Carneiro é golpista, é realmente passar dos limites das coisas razoáveis”, protesta.



O Sr. vê algum risco de endurecimento político no Brasil?

Nenhum. Na minha opinião, não existe a menor possibilidade. O que eu acho é que existe uma campanha praticamente vencida. Quem tem interesse de fechar o Congresso é a esquerda.

Assalariado deve pagar mais IR

O ex-ministro da Fazenda, do Planejamento e da Agricultura, Delfim Netto, denuncia que o governo Sarney aumentou as despesas de pessoal com o funcionalismo federal em 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB), de 1984 a 1988. Para cobrir este rombo, ele propõe o corte drástico de gastos governamentais e um aumento da carga tributária das pessoas físicas em condições de pagar.

Seria através de um aumento do Imposto de Renda da Pessoa Física mesmo, com objetivo de reverter o déficit público para um superávit de 2%.

Delfim afirma que não adianta tentar outros artifícios, como elevar o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) ou elevar o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. Porque, em última análise, quem acaba pagando mesmo é a pessoa física, já que as empresas transferem o custo do aumento tributário para o consumidor.

Segundo ele, se o Governo tivesse credibilidade, ninguém



“O governo Sarney aumentou as despesas com funcionalismo público em 2,5% do PIB. Para cobrir este rombo, somente se cobrando mais imposto de Renda da Pessoa Física, porque, no final, quem paga todas as contas é mesmo o consumidor”.

melhor coisa que tem a fazer é segurar o arroz com feijão mesmo, convivendo com ele”.

Sobre a administração financeira da União, Delfim tem a seguinte opinião: “A União faliu por causa de uma administração financeira desastrosa. O problema central do Brasil é finanças públicas. Entre 1985 e 1988, as despesas de pessoal do Governo Federal aumentaram 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB). É o caos com K maiúsculo. Ou melhor, com Kapa (letra do alfabeto grego) maiúsculo”.

Reforma foi pura maquiagem

O governo confundiu criação de cargos com nomeações, ao enviar ao Congresso Nacional a medida provisória que tratava de demissão de funcionários públicos. Porque a tarefa do Congresso é criar e extinguir cargos, enquanto a do Poder Executivo é prover e demitir. Foi por isso que o Congresso devolveu a medida provisória ao Executivo. E a reforma governamental, embutida no Plano Verão, era pura “maquiagem”.

Ao apontar esses erros e fazer estas críticas, o ex-ministro Delfim Netto reclama, também, que “não apareceu ninguém do Governo aqui (no Congresso) para dizer qual era a importância fundamental da EBTU (Empresa Brasileira de Transportes Urbanos). Ninguém sabe”. Quanto a extinguir a Emater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), ele acha que “é um ato de insanidade”. Segundo Delfim Netto, o Congresso não pôde aprovar tais medidas, porque não apareceu ninguém do Governo para explicar qual a economia que seria feita com sua aprovação. Porém, na opinião dele, a reforma não passou de “cosmético”. É cosmético que o Governo não se empenhou em defender.

Relembrando o episódio da medida provisória sobre as demissões e ironizando os desa-

certos governamentais no caso, Delfim travou a seguinte conversa com o *Jornal de Brasília* (extrato):

JBr — Por que o Congresso não colaborou na extinção de órgãos e na demissão de funcionários públicos?

Delfim — É que o Governo começou a coisa como minueto: o Presidente (o presidente José Sarney) pega e baixa um decreto dizendo: “Vou demitir todo mundo que tem menos de cinco anos”. Quem baixa um decreto dizendo que vai demitir quem tem menos de cinco anos está fazendo um ato insensato. Isso não é critério de demissão. É o mesmo que dizer: “Vou demitir quem pesa mais do que 100 quilos”. Ou: “Vou demitir todo mundo que é loiro. Vou demitir todo mundo que é careca!”.

Ainda aí seria até uma coisa mais discriminatória. Quando eu digo que vou demitir todo mundo que tem menos de cinco anos, ou é um ato de uma profunda imbecilidade, ou de uma profunda idiotice.

Quando ele mandou esta medida, o que ele confundiu?

Ele confundiu criação de cargo com nomeação. Extinção de cargo com demissão. A tarefa do Congresso é criar e extinguir cargos. A do Executivo é prover e demitir. Então, o que ele fez? Ele se eximiu do seu papel”.

Governo perpetua seu status

Abaixo, alguns trechos extraídos da entrevista do ex-ministro Delfim Netto sobre o Plano Verão:

JBr — Deputado, na sua opinião o objetivo do plano era ganhar novamente as eleições, como ocorreu no Plano Cruzado, em 1986?

Delfim — Não. Este plano não vai nem ter sucesso. Acho que o objetivo era empurrar um pouco com a barriga. E, no fundo, uma produção mal arrumada do Alfonsín, um tanto meio mal feito. Por isso que parece um minueto.

Resumindo, quais são seus principais erros e quais seus principais acertos?

Este plano é realista, razoavelmente arquitetado e que teria condições de funcionar. Só não funcionou porque o governo não fez a sua parte. Agora, eu acho cada dia mais difícil de funcionar.

Por quê?

Porque o governo mesmo disse: “Isso é uma coisa tripartite. Existe governo, existem trabalhadores, existem empresários. Eu formulei um programa em que a distribuição dos custos é equânime. Eu pagarei a parte mais dura, me sacrificarei”.

rei”. Como se o governo existisse, como se ele pagasse alguma coisa. Ele é um mero agente de transferência. Ele não produz nada; pelo contrário, ele é um mero consumidor.

Bem, e aí o que aconteceu?

Os trabalhadores foram obrigados a fazê-lo (restringir sua fome). Você fez uma política salarial pela média dos anos 86 e depois estudou que fariam um reajuste no futuro, e foi o aperfeiçoamento que o Congresso fez (a medida provisória n.º 37, aprovada pelo Congresso, que restituiu uma perda de 7,47% estimada pelo governo como perda decorrente do Plano Verão, no mês de janeiro). E os empresários mantiveram as suas margens (de lucro) num nível de 1988. Então, dava a impressão do seguinte: o governo eliminou o seu déficit; os trabalhadores terão uma renda média equivalente à de 1988; os empresários terão uma margem equivalente a 88; terminariam todas as disputas distributivas; a inflação deve cair rapidamente, e tudo bem”.

Ou seja, o governo fez um grande sacrifício de perpetuar seu “status”.